A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2011-2020:
A PROPOSTA DO EXECUTIVO
Olgaíses **Maués** – UFPA

Introdução

A necessidade de um Plano Nacional de Educação é algo indiscutível e inquestionável. Essa ênfase deve-se ao fato de que esse plano é uma ferramenta que deve traduzir as prioridades educacionais a partir da ótica da sociedade e do governo e se constituir uma política de Estado, devendo as suas diretrizes serem viabilizadas por quem esteja no poder executivo, independente da coloração partidária.

O governo federal realizou uma série de conferências ao longo dos anos de 2008 e 2009, culminando em 2010 com a Conferência Nacional de Educação (CONAE). O próprio título desse conclave já explicitava seus objetivos - Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.

A Conferência congregou profissionais e trabalhadores da educação, estudantes, entidades acadêmicas e científicas, movimentos sociais, organizações não governamentais e todos aqueles que, direta ou indiretamente, estão envolvidos com a educação. Os debates foram intensos, houve uma grande participação, mais de três mil pessoas de todas as partes, financiadas pelo governo, estiveram em Brasília com o objetivo de contribuir com a construção de um novo Plano Nacional de Educação. No mês de dezembro do mesmo ano, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um documento contendo a proposta do Executivo para o Plano Nacional de Educação, referente à década 2011-2020. O referido documento se transformou no Projeto de Lei 8.035/2010.

Neste trabalho pretendemos analisar o lugar que a Educação Superior ocupa nesse projeto, buscando verificar os recuos e os avanços porventura existentes nessa área. A educação superior tem sofrido nos últimos anos uma série de mudanças oriundas de diferentes políticas, podendo-se dizer que houve uma verdadeira reforma, na medida em que várias portarias, decretos, leis e resoluções foram emitidas, dando outra configuração a esse nível de ensino. A predominância de instituições privadas, o aumento do número de vagas ofertadas, a questão do produtivismo do trabalho docente são algumas das temáticas que precisam ser avaliadas na educação superior.

No momento em que uma proposta de Plano Nacional de Educação está posta é preciso que se analise o lugar da educação superior no novo documento, pela importância que se reveste esse nível de ensino.

Busca-se neste estudo analisar a relação existente entre as decisões da CONAE, por meio do documento final construído a partir das aprovações das propostas trazidas

pelos delegados de todo o país, e o Projeto de Lei que está em apreciação na Comissão Especial da Câmara¹, constituída especificamente para esse fim. Para contribuir com essa análise também será considerado o Plano Nacional Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, buscando-se, nas propostas formuladas no final da década de 1990, a possível atualidade na valorização da educação superior, enquanto um direito inalienável de todos e um dever de um Estado republicano.

O papel da educação superior

A Educação Superior nos últimos anos tem sido alvo de inúmeras medidas que vem contribuindo efetivamente para a sua reconfiguração. As diferentes políticas que foram implementadas têm traduzido os interesses mercadológicos, na medida em que esse nível de ensino é considerado como um indutor do desenvolvimento e crescimento econômico.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2009) confirma o interesse que organismos internacionais e nacionais vêm manifestando pela educação superior, assim é que quando da crise de 2008 essa Organização apontava a educação terciária (nomenclatura utilizada pela OCDE) como uma das saídas para a situação de bancarrota que o capital se apresentava. O interesse dessa Organização vai na linha da Teoria do Capital Humano quando mostra a importância do investimento pessoal na própria formação.

A OCDE apresenta uma análise na qual indica que pessoas do sexo masculino, titulares de diplomas de nível superior, gozam de uma vantagem salarial, que no caso do Brasil, por exemplo, chega a 100% em relação às pessoas que têm apenas o nível médio. (OCDE, 2009, p. 148), já as mulheres, refletindo a diferença da renda entre os gêneros, têm também uma diferença, apesar de menor.

O interesse pela educação superior não fica restrito a essa entidade internacional, pode-se observar que há uma generalização, entre diferentes entidades mundiais, relativa ao papel que esse nível de ensino deve desempenhar para o crescimento econômico e o “desenvolvimento sustentável” dos países.

A Declaração resultante da Conferência Regional de Educação Superior (CRES) na América Latina e Caribe, ocorrida em 2008², explicita que “a Educação Superior é um bem público social, um direito humano e universal e um dever do Estado”,

¹Fazem parte da Comissão Especial as Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; Educação e Cultura.

² A Conferência foi promovida pela IESALC-UNESCO, Ministério de Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, Espanha, México e da República Bolivariana da Venezuela,

salientando com essa afirmação a “convicção [e] o papel estratégico que deve assumir [...]”. Os diferentes setores envolvidos na CRES reconhecem que a educação superior “enfrenta correntes que promovem sua mercantilização e privatização, assim como a redução do apoio e financiamento do Estado”. O reconhecimento dessa tendência leva a uma manifestação explícita, na Declaração, da necessidade de revertê-la, devendo os próprios governos garantir o financiamento adequado ao funcionamento das instituições, enfatizando ainda que a Educação “não pode, de modo algum, reger-se por regulamentos e instituições com fins comerciais, nem pela lógica do mercado” (CRES, 2008).

A Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009 - As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social – destaca, com vigor, o papel do investimento em educação nesse novo milênio, como “força maior na construção de uma sociedade inclusiva e de conhecimento diversificado” (CMES, 2009, p. 01)

Antecedendo à CMES 2009 e após a realização da CRES 2008, o Brasil realizou o Fórum Nacional de Educação Superior (2009) promovido pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. O Fórum teve objetivos bem explicitados a) difundir as diretrizes da CRES e b) coletar subsídios para a participação da delegação brasileira na CMES. Outro objetivo merece destaque: contribuir para o debate sobre aspectos da política de Educação Superior a ocorrer na Conferência Nacional de Educação (CONAE) e para a “revisão das metas do Plano Nacional de Educação para o período de 2011-2020”.

Em tese seriam esses conchaves, mais a Conferência Nacional de Educação (CONAE), a qual nos reportaremos a seguir, ocorridos entre 2008 e 2010 que subsidiariam a elaboração dos referenciais de educação superior do Plano Nacional de Educação.

A Educação Superior no Brasil

As políticas de educação superior implementadas nos últimos 16 anos têm trazido a marca da privatização, da mercadorização e do empresariamento da educação. O ajuste neoliberal que o país viveu impôs o corte dos gastos públicos, o enxugamento da máquina administrativa, levando a uma reforma do Estado que ganhou ares de gerente e avaliador.

A expansão de vagas, de cursos e de instituições, nos últimos anos, pode dar uma visão do recuo do público e do avanço do privado/mercantil na Educação Superior. Alguns números demonstram esse fato, ou seja, que a expansão do ensino superior brasileiro vem se dando prioritariamente nas instituições privadas e confessionais. Hoje,

se tem 2.314 instituições de ensino superior, das quais 245 (10,6%) são públicas e 2.069 (89,4%) são privadas. Em relação ao número de vagas ofertadas as discrepâncias são enormes: 461.964 vagas ofertadas nas instituições públicas e 4.274.700 nas instituições privadas, de um total de 4.726.394. Ao analisarmos o número de alunos matriculados percebe-se que apenas 1.523.864 estão nas instituições públicas e que 4.430.157 nas instituições privadas. (MEC/INEP, 2010).

Ao analisarmos o financiamento para esse nível de ensino se percebe que este se mantém no patamar de 0,7 % do PIB desde 1998. Para demonstrar a importância do financiamento tomamos como referência algumas universidades que são consideradas “top 200”³ pelos avaliadores internacionais. Em um artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo (2010), na coluna Saber, essa questão é bem explicitada. O artigo informa que das 20 melhores universidades, 15 estão nos Estados Unidos da América. Para os articulistas do Jornal a receita é simples: “Os EUA investem 3,1% de seu Produto Interno Bruto em educação superior, enquanto os demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico investem 1,5%”. Nesse último ranking não consta nenhuma universidade brasileira. A USP se apresenta na 232ª posição e a Unicamp na 248ª.

Ao analisarmos os marcos regulatórios desse nível de ensino, apenas no governo Lula da Silva, (2003-2010) podemos observar a centralidade que a educação superior ganha nos últimos oito anos. Das inúmeras medidas implementadas nesse período citamos a lei 10.861/04 que institui o SINAES; o Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado; a instituição do PROUNI- Universidade para Todos (Lei 11.096/05); a lei 10.973/04 que trata da inovação tecnológica; a lei 11.079/04 da Parceria Público-Privada; o PL 7.200/06 que trata de reforma universitária; o decreto-lei 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, dentre outras.

A legislação citada sinaliza os rumos privatistas que educação superior brasileira vem priorizando e a mudança nas finalidades das Universidades e de seu *modus operandi*, passando a assumir feições empresariais e mercadológicas. A reconfiguração do conceito de público, que vem com a Reforma do Estado de 1995, trazendo a idéia do público-não estatal, tem contribuído grandemente para essa mudança no *ethos* da universidade brasileira.

Mollis (2003) analisando a situação das Universidades na Argentina identifica que essas vêm sofrendo muitas mudanças, tendo as suas “identidades alteradas”,

³ O Ranking Mundial de Universidades 2010-11 da Times Higher Education utiliza 13 indicadores para avaliar a educação superior e na sua sétima edição ouviu 13.388 acadêmicos altamente qualificados, de todo o mundo. Foram mais privilegiadas as evidências objetivas. O novo ranking leva em conta as atividades principais da universidade: o ensino, a pesquisa e a transferência de conhecimento.

dizendo que estas instituições perderam a razão de ser. Essa autora alerta para o fato da quebra do contrato social do Estado com essa instituição, jogando-a “as forças do todo poderoso mercado”, forçando-as a se mercantilizarem, como uma alternativa para recuperar seu debilitado financiamento e buscar uma nova identidade.

Naidorf (2005) também fala em privatização do conhecimento público e com isso se refere à emergência de uma ‘nova’ cultura acadêmica. Para a autora essa privatização significa que o conhecimento produzido na universidade pública com financiamento privado apresenta cláusulas de confidencialidade que impedem, ou pelo menos limitam, o livre fluxo dos resultados. Além desse aspecto, a autora, chama a atenção para o fato de que isso também vai ser determinante na seleção dos temas de pesquisa.

O PNE e a Educação Superior

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma ferramenta indicada como meio para de forma sistematizada apresentar a organização e as ações da educação nacional. Segundo Saviani (2010) a idéia da necessidade de um plano vem expressa pela primeira vez por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, quando é proposto um Plano de Reconstrução Educacional, sendo o mesmo anexo ao corpo do próprio documento principal.

A Constituição de 1934 é o marco legal que estabelece o PNE como competência da União e incumbe o então Conselho Nacional de Educação de elaborá-lo, que o faz e o encaminha ao Ministro em 1937. Contudo, em função dos fatos políticos que o país viveu naquele período, que ficaram conhecidos como a Revolução de 1930, o fim da Velha República, o surgimento do Estado Novo, o PNE não passou de intenções.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961, (4.024) ao tratar no caput do artigo 92 da aplicação de recurso para a manutenção e desenvolvimento do ensino explicita, no parágrafo primeiro, a criação de Fundos para o Ensino Primário, Ensino Médio e o Ensino Superior. No parágrafo 2º. do mesmo artigo, aparece na legislação que “ O Conselho Federal de Educação elaborará, para execução em prazo determinado, o Plano de Educação referente a cada Fundo”. Portanto, nessa menção na LDB de 1961, o Plano Nacional tinha um objetivo muito específico voltado mais diretamente para a questão do financiamento da educação. O Plano foi elaborado e encaminhado à Comissão Nacional de Planejamento da Educação em 1962, devendo ter validade até 1970. O parecerista desse documento foi Anísio Teixeira (1999) que indica “O plano de educação, ora criado, deveria, a nosso ver, também ter força de lei, uma vez elaborado e aprovado por este Conselho [...]”.

Com a interrupção da normalidade democrática que o país viveu, em função do golpe militar-empresarial que instalou uma ditadura no país por 21 anos, o Plano Nacional de Educação foi descartado. É apenas após o retorno à democracia, em função

das lutas dos movimentos organizados e pelo próprio esgotamento do modelo implantado pelos militares é que se volta a falar em um plano de educação.

A Constituição Brasileira, aprovada em outubro de 1988, determina que a União tem competência privativa de legislar sobre as “diretrizes e bases da educação nacional” (art. 22). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro de 1996, determina, nas Disposições Transitórias, artigo 87, parágrafo 1º. que a União deverá encaminhar ao Congresso, no prazo de um ano após a publicação dessa Lei, o Plano Nacional de Educação “em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.

A saga do I Plano Nacional de Educação

O professor Dermeval Saviani (1998) relata com precisão e detalhes o ‘trajeto’ que a proposta do Executivo do Plano Nacional de Educação realiza até o envio do documento ao Congresso Nacional. Tal périplo se inicia no final do primeiro semestre de 1997 e em 16 de dezembro do mesmo ano o Ministro da Educação apresenta uma Exposição de Motivos (nº. 22) ao Presidente da República. Todo o período de “discussão” pela sociedade, pelas entidades acadêmicas e científicas não teve a duração de seis meses.

É oportuno deixar registrado nessa história o papel do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, organização que congregava, nesse período, cerca de 30 entidades⁴ e que vinha atuando desde a elaboração da LDB promulgada em 1996. Esse Fórum decidiu elaborar o Plano Nacional – Proposta da Sociedade Brasileira (PNE-SB) e para tanto convocou o I Congresso Nacional de Educação (CONED) que ocorreu em Belo Horizonte no ano de 1996.

Em um momento ímpar da história da educação brasileira, esse evento congregou cerca de seis mil pessoas, tendo a abertura do Congresso ocorrido no Estádio conhecido como Mineirinho que viveu um momento de democracia tanto ansiado.

No II (CONED), ocorrido em 1997, uma comissão sistematizou as propostas oriundas dos diferentes fóruns estaduais que, no Brasil todo, discutiram os eixos temáticos da proposta do PNE. A síntese dessas contribuições se transformou no PNE-Proposta da Sociedade Brasileira, que foi aprovado pela plenária do Congresso. Em seguida se encaminhou o texto ao Congresso Nacional, tendo o mesmo dado entrada na casa antes da proposta encaminhada pelo MEC. Apesar das regras do Congresso, o texto do Executivo foi o privilegiado para se tornar um Projeto de Lei e como tal foi apreciado e aprovado em janeiro de 2001.

O PNE, agora lei 10.172/2001, teve uma trajetória tortuosa, não no sentido de dificuldades, mas de abandono na medida em que grande parte de sua duração ocorreu em um governo diferente daquele que o aprovou, o qual tinha outras propostas. Além

⁴ Dentre as Entidades componentes do Fórum no período destacamos o ANDES-SN, a FASUBRA, a CNTE, a CONTEE, a UNE, a ANFOPE, ANPEd, SINASEFE, MST, UNDIME e tantas outras.

desse aspecto, o PNE sempre foi um campo de embates e disputas em função do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira que insistia, por meio dos CONEDs⁵, na recomendação que os Planos Estaduais e Municipais de Educação seguissem o diagnóstico e as diretrizes desse último.

A subida ao poder de outro governo (2003), de outro partido político tornou o PNE (lei 10.172/01) apenas um apêndice das políticas implementadas. Em 2007, o mesmo governo, agora em segundo mandato, elabora o Plano de Desenvolvimento da Educação numa clara ignorância da existência e vigência de um Plano Nacional de Educação. O PDE passa de fato a orientar as ações do governo no tocante às políticas públicas para a educação nacional. Mesmo não se constituindo de direito em um Plano como assinala Saviani (2007)⁶, de fato foi ele quem orientou as políticas da educação nacional. O fim da vigência do PNE sinaliza a necessidade da elaboração de um novo Plano que deverá ter sua duração até o ano de 2020⁷.

Ao final da vigência do Plano resta a certeza de que ele se constituiu um instrumento, uma peça legal que procurou cumprir o disposto na Constituição Federal e na LDB, mas teve apenas uma existência formal, isto é, não se materializou de fato, seja pelo próprio conteúdo, desvinculado dos interesses maiores da sociedade, seja porque o novo governo estabeleceu outras prioridades acadêmicas, pedagógicas, financeiras e políticas que não cabiam no atual PNE.

A CONAE

Em 2008, o Ministério da Educação deu início a uma série de conferências nacionais por níveis de ensino, tendo se comprometido, como culminância, em realizar a Conferência Nacional de Educação (CONAE). A preparação para esse evento se constituiu na realização de Conferências Municipais, Estaduais e Regionais, nas quais foram debatidas e votadas propostas para o seis eixos definidos pelo MEC para nortear as discussões⁸, a partir de um documento intitulado Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.

⁵ Foram realizados 5 CONEDs, sendo o último em 2005.

⁶ Saviani em uma análise sobre o PDE é muito claro ao dizer que “[...] o PDE não se define como uma estratégia para o cumprimento das metas do PNE”. (2007, p. 1.239).

⁷ Art. 214 da CF 88, com a redação dada pela Emenda 59/09 “A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam”

⁸ Os eixos foram I- O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional; II. Qualidade da Educação, Gestão Democrática Avaliação; III. Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar; IV.. Formação e Valorização dos/das Profissionais da Educação; V. Financiamento da Educação e Controle Social; VI Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

No primeiro semestre de 2010 ocorreu em Brasília a Conferência Nacional de Educação, como culminância dos debates realizados em todo o território nacional. O resultado do Evento está publicado em um Documento Final que traz as propostas, por Eixo, além de elencar uma série de concepções que deverão servir “como balizamentos” “na construção das diretrizes e estratégias de ação do novo PNE” (MEC, 2010). No Eixo I destacam-se, enquanto concepções: a construção do Sistema Nacional de Educação; a instituição de um Sistema Nacional de Avaliação e Acompanhamento do PNE; a instituição de Planos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal; a promoção, a partir das políticas educacionais estabelecidas e implementadas de forma articulada entre os sistemas de ensino, de universalização da expansão e da democratização, com qualidade da educação básica e superior; o estabelecimento de políticas de educação inclusiva visando à superação das desigualdades educacionais vigentes entre as diferentes regiões; o reconhecimento e valorização da diversidade, com vistas à superação das desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual bem como atendimento aos deficientes; valorização da educação do campo, quilombola e escolar indígena; a efetivação de uma avaliação educacional emancipatória; definição de parâmetros e diretrizes para a formação e qualificação dos/as profissionais da educação; a gestão democrática; o estabelecimento de metas e estratégias que garantam condições salariais e profissionais aos profissionais da educação; diretrizes para uma política de formação inicial e continuada; indicação de bases epistemológicas para um currículo que tenha uma base nacional e as especificidades regionais e locais; a consolidação das bases de política de financiamento “garantindo no mínimo 10% do PIB até 2014”; a utilização do custo-aluno como parâmetro de financiamento; a garantia de condições efetivas para o conjunto das políticas educacionais; a instituição de Responsabilidade Educacional.

Pode-se dizer que o Eixo I - O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional serve de norte para os demais, na medida em que define o papel do Estado em relação à Educação Nacional.

O objetivo da CONAE era, via sociedade civil organizada, por meio dos fóruns realizados em todo o país, contribuir efetivamente para a elaboração do Plano Nacional de Educação. Contudo, não foi isso que ocorreu. O documento encaminhado pelo Executivo (MEC) ao Legislativo não pode se configurar como propostas extraídas da Conferência Nacional de Educação, de acordo com a análise que será feita no item seguinte deste texto.

A CONAE, o PL 8.035 e a Educação Superior

O objetivo ao analisar o PL 8.035/2010 é de examinar as possíveis assimilações das contribuições da CONAE na sua elaboração e a forma como a educação superior se situa nesse documento. Para tanto, faremos uma breve análise da proposta, buscando extrair da mesma as questões relacionadas a esse nível de ensino. As metas 12, 13 e 14

do Projeto de Lei e as respectivas estratégias estão mais especificamente relacionadas à educação superior.

Na CONAE alguns aspectos sobre a Educação Superior já deixam antever a posição política a respeito do assunto. Uma das questões se refere ao acesso e à permanência, indicando ser este um problema sério. O documento informa que “esse nível de ensino continua elitista e excludente” e reconhece que a expansão havida não democratizou o ensino, pois apenas 12.1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados em curso superior, sendo que 74,1% dessas matrículas estão no setor privado. (CONAE, 2010). O reconhecimento da “educação superior como bem público social e um direito humano universal e, portanto como dever do Estado”, a expansão e a universalização devem ser feitas com “equidade, qualidade, pertinência e compromisso com a sociedade” (CONAE, 2010, p. 73). Outro fator a ser destacado pelo documento final da Conferência se refere à destinação dos recursos públicos exclusivamente para as instituições públicas (p. 107), atendendo a um pleito antigo das entidades acadêmicas e dos sindicatos da área. O Financiamento da educação é considerado insuficiente e há uma indicação de “no mínimo 7% do PIB até 2011”, e o aumento gradativo, numa proporção de 1% ao ano, devendo atingir 10% em 2014.

Em relação à educação superior, algumas medidas são indicadas no Documento Final da CONAE, dentre elas destacamos: a criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior Pública; a garantia de recursos orçamentários para que as universidades públicas possam definir e executar seus projetos de pesquisa; a alocação de recursos para a expansão da graduação no período noturno.

Ao analisar o PNE em tramitação no Congresso pode-se observar que não há uma coerência em relação às propostas da CONAE. Há uma dicotomia com um documento elaborado pelo mesmo ministério, como finalização de uma série de conferências promovidas e financiadas por ele.

O PL 8.035/2010 é econômico em palavras e especificações, isso o torna pouco preciso e ao mesmo tempo muito genérico. O documento é composto de 12 artigos, 20 metas e 168 estratégias. Dentre as diferenças mais gerais com as posições aprovadas pela CONAE destacam-se àquelas referentes ao financiamento. Na meta 20 do PL do PNE, a ampliação progressiva do investimento público em educação “até atingir, no mínimo o patamar de 7% do produto interno bruto do país” é colocada em confronto com os 10% indicados pela CONAE. É bom lembrar que o PNE 2011-2010 já previa os 7% do PIB e que obteve o veto presidencial, juntamente com todas as metas referentes ao financiamento. E o Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira, indicava 10% do PIB. Ora, mais de 10 anos depois, quando a situação é diferente em número de demanda para a educação básica, inclusive com a ampliação do ensino obrigatório⁹, quando as necessidades são diferenciadas há uma indicação de financiamento que nos reporta há uma década atrás.

⁹ Por meio da Emenda 59 o ensino obrigatório abrange a faixa etária de 04 a 17 anos.

Ao analisarmos a Meta 12 - **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta**, observa-se que o PNE (lei 10.172/01) previa 30% de atendimento para essa faixa etária e no final da vigência o índice alcançado não ultrapassou os 13%. Há uma sinalização de aumento do atendimento, mas não há uma indicação compatível de aumento de recursos financeiros para tal.

Observa-se nas 16 Estratégias da Meta 12 que a maioria delas é apenas continuidade de programas e ações já em desenvolvimento, como o REUNI, o PDE, o PARFOR, a Política de Cotas, o ENEM, como por exemplo: otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%%; ofertar 1/3 das vagas em cursos noturnos; elevar a relação estudante por professor para 18, todas essas estratégias já constam do decreto lei 6.096/07. Outras estratégias já estão em execução como ampliar a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização dos IFETs e da Universidade Aberta (PDE); fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica (PARFOR); ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil (Programa de Cotas); expandir o financiamento estudantil (FIES); consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior (ENEM).

O que se quer demonstrar por meio da listagem das estratégias previstas para a Meta 12, que trata da Educação Superior é que não há avanços, desafios ou apostas em relação a esse nível de ensino. Seguindo esse projeto de lei não haverá mudanças substanciais. As inferências que podem ser feitas vão na direção de que a expansão continuará se dando prioritariamente pela via privada, inclusive com recursos públicos como é o caso do PROUNI. A grande política para a área, divisada nesse projeto de lei, já está aprovada por meio de um decreto de 2007, que é o REUNI.

A meta 13 – **Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total 35% doutores**- se volta para a qualidade do ensino, e as estratégias elencadas, também como as anteriores (meta 12), não trazem nenhuma novidade. O proposto é o que está vigendo como o SINAES, que é indicado o seu aprofundamento e aperfeiçoamento; a aplicação de instrumento próprio de avaliação dos cursos de pedagogia e licenciaturas, para induzir a melhoria da qualidade, o que significa na nossa avaliação mais um instrumento de controle que na verdadeira obsessão de resultados, transformando o processo de ensino em “cursinhos” preparatórios para realizar com “sucesso” os exames, fato que já vem ocorrendo na educação básica em relação à Prova Brasil e a Provinha Brasil. Há nessa meta duas estratégias referentes à avaliação que precisam ser bem dimensionadas. A estratégia 13.2 é de ampliar a cobertura do ENADE, visando a participação de um maior número de estudantes e de mais áreas e a estratégia 13.6 indica a substituição do ENADE, que é aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação, pelo ENEM.

Essas estratégias modificam a lei 10.861 que cria o SINAES e amplia as funções, já tão contestadas, desse exame do ensino médio.

A última meta (14) referente ao ensino superior trata mais especificamente da elevação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, procurando atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. As estratégias são genéricas, tais como expandir o financiamento, sem definir o *quantum*, estimular a integração da CAPES com as agências estaduais de fomento à pesquisa; expandir o financiamento estudantil por meio do FIES aos alunos da pós-graduação, sobretudo ao mestrado profissional; a utilização das TICs na pós - graduação *stricto sensu*; expandir os programas para os campi novos.

As metas 15,16 e 17 têm uma relação direta com a educação superior por tratarem da formação do professor, mas que por questões da estrutura deste trabalho não iremos analisá-las.

O PNE da Sociedade Brasileira e o PL 8.035/2010

Ao examinarmos o PNE Proposta da Sociedade Brasileira elaborado em 1997 pode-se dizer que é mais atual e coerente do que o PL 8.035/2010.

Ao analisarmos o documento do II CONED se percebe a sua atualidade, mesmo tendo se passado 13 anos de sua elaboração. Para começar o PNE-SB apresenta as propostas a partir de um diagnóstico sobre a educação, item indispensável e fundamental a qualquer planejamento, pois é esse instrumento que vai permitir a definição das metas, das estratégias que poderão ir ao encontro das lacunas apresentadas, ou do aprofundamento das medidas em curso que sejam importantes. Os dados levantados pelo diagnóstico do PNE-SB trouxeram informações fundamentais, indicadores, quadros e tabelas com dados abundantes referentes a todos os níveis e modalidades de ensino, do financiamento e da valorização do magistério. O diagnóstico é rico, denso, abrangente e profundo, tudo ao mesmo tempo.

O PNE-SB, após fazer uma espécie de raio x da situação da educação brasileira, demonstra a necessidade de se criar um Sistema Nacional de Educação, pois vê que o direito à educação, enquanto um direito universal, inalienável, será assegurado por meio da instituição desse sistema.

Esses dois primeiros itens constantes do PNE-SB estão absolutamente ausentes do PL 8.035/2010, o que causa estranheza, primeiramente pelo fato de se querer fazer um plano para dez anos sem se saber de onde se está partindo. Talvez por isso a proposta seja tão pouca inovadora e distante dos apelos da sociedade, muitos deles expressos na CONAE. Aliás, o outro ponto elencado, o Sistema Nacional de Educação, está surpreendentemente ausente da proposta do governo, quando constava do próprio título das conferências de educação (CONAE), o que já indica o abandono das propostas emanadas dessas reuniões que ocorreram no país todo, patrocinadas ideológica e

financeiramente pelo mesmo governo que elaborou a proposta de um novo plano de educação.

O Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira apresenta um item sobre a organização do Sistema Nacional de Educação, no qual são apresentados os argumentos que justificam a importância do mesmo, seguido de diretrizes e metas.

O ponto 3.3 do PNE-SB trata do Financiamento, neste item é feito um estudo minucioso por nível e modalidade, trazendo informações e dados que vão permitir indicar com segurança os recursos necessários para o desenvolvimento de cada nível. No caso da educação superior, por exemplo, a projeção feita, a partir dos estudos que envolveram número de alunos, de professores, crescimento indicam que em 2007, ou seja, dez anos após a elaboração do plano, os recursos deveriam corresponder a 2,7% do PIB. E isso não incluía os cursos de pós-graduação *stricto sensu* que tem estudo separado para avaliar os recursos financeiros necessários. A primeira meta do item Financiamento aponta: “Aumentar, em dez anos, os gastos públicos com educação até cerca de 10% do PIB, para o pleno atendimento das propostas contidas neste Plano Nacional de Educação” (PNE-SB, 1997).

Em síntese, o diagnóstico, o financiamento, o conjunto de diretrizes e metas relativos a níveis e modalidades de ensino e à formação de professores do Plano Nacional de Educação Proposta da Sociedade Brasileira se constituem ainda, evidentemente com a atualização de dados, numa proposta mais real, verdadeira e próxima das necessidades sociais do que o Projeto de Lei 8.035/2010.

Finalizando

A importância da educação superior parece não estar em discussão, entretanto a forma de viabilizar esse nível de ensino, permitindo a ampliação do acesso para um número maior de pessoas, realizando uma expansão de instituições, de número de vagas, de funções docentes, de tipos de cursos em instituições públicas, garantindo, portanto, que de fato o direito inalienável à educação seja assegurado, encontra formas diferenciadas de atendimento.

A defesa da destinação de verbas públicas para instituições públicas é uma diretriz fundamental do PNE-SB e da CONAES, fato que permitiria a inversão dos sinais relativos ao número de instituições e de matrícula de alunos que hoje se encontram majoritariamente em instituições privadas. A garantia de pelo menos 10% do PIB para a educação em geral e de 2.7% para a educação superior também se constituem em diferenciais que garantiriam que o discurso da universalização da educação se transforme em ações efetivas.

A maneira como a educação é vista dependerá do projeto de nação que se queira construir, da concepção de cidadania que os governos tenham e da vontade política daqueles que estão no poder. Mas também depende da mobilização da sociedade, do

nível de organização dos movimentos sociais, das entidades acadêmicas e científicas que poderão pressionar o legislativo e mais do que isso elaborar uma proposta, como o fez em um passado recente, por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, para disputar com a proposta oficial, sinalizando projetos diferenciados de sociedade.

A aprovação do PL 8.035/2010, da forma como foi enviado pelo Executivo, não permitirá que o Brasil dê o salto desejado em termos de desenvolvimento social e econômico.

Referências

ADUSP. **Plano Nacional de Educação**. Proposta da Sociedade Brasileira. Disponível em <http://www.adusp.org.br/arquivo/PNE/pnebra.pdf>. Acesso abril 2011.

BRASIL. Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI. **D.O.U.** de 25 de abril de 2007, p.7.

BRASIL. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>, Acesso, abril 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm, Acesso abril 2011.

BRASIL. **Emenda Constitucional N. 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso abril 2011.

BRASIL. **Lei N. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm, Acesso abril 2011.

BRASIL. **Lei N. 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso, jan 2010

BRASIL. Projeto de Lei 8.,035. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acesso abril 2011.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **As melhores Universidades do Mundo estão nos Estados Unidos**. Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/saber/799468-melhores-universidades-do-mundo-estao-nos-eua.shtml> Acesso jan 2011.

MEC. CNE. **Documento para o Fórum Nacional de Educação Superior** . in http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12478&Itemid=769

MEC. **Documento Final da CONAE. 2010.** Disponível http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso out 2010.

MEC. **Portaria Normativa N. 14 de 21 de maio de 2010.** Institui o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Disponível <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=24/05/2010>. Acesso jan 2011.

MOLLIS, M. Un breve diagnóstico de las universidades argentinas: identidades alteradas in MOLLIS, M.(org) **Las universidades en América Latina: ¿Reformadas o alteradas?** Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mollis/mollis.html>. Acesso em jan. 2009

NAIDORF, J. **La privatización el conocimiento público en universidades públicas.** 2005. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lbecas/espacio/Naidorf.pdf> Acesso, fev 2006.

.OCDE. **Regards sur l'éducation 2009** Les Indicateurs de L'OCDE. Disponível www.oecd.org/.../0,3343_fr_2649_39263238_43597502_1_1_1_1,00.html . Acesso set 2009

SAVIANI, D. Organização da educação nacional: Sistema e Conselho Nacional de Educação, Plano e Fórum Nacional de Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-788, jul-set. 2010.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 28, n.100- Especial, p. 1231-1255, 2007.

SAVIANI, D. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação:** por uma outra Política Educacional. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

UNESCO- IELSAC. Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. 2008. disponível <http://www.cres2008.org/pt/index.php>. Acesso jan. 2009.

UNESCO. **Conférence mondiale sur l'enseignement supérieur 2009** : La nouvelle dynamique de l'enseignement supérieur et de la recherche au service du progrès social et du développement. Disponível http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/ED/ED/pdf/WCHE_2009/Communique%20final%20FR%20160709.pdf. Acesso agosto 2009